

A HOSPITALIDADE NA CASA DE FAZENDA DO INTERIOR PAULISTA

HOSPITALITY IN THE FARMHOUSE IN SAO PAULO'S COUNTRYSIDE

Sênia Bastos¹
Marina Zanin Sacoman²

Recebido em 23/05/2012

Aprovado em 08/05/2013

¹ Doutorado, Mestrado e Bacharelado em História, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Professora do Mestrado em Hospitalidade e dos cursos de Turismo, Hotelaria e Gastronomia da Universidade Anhembi Morumbi. senia@anhembimorumbi.edu.br

² Mestre em Hospitalidade pela Universidade Anhembi Morumbi, professora da Organização Educacional Barão de Mauá. marinasacoman@hotmail.com

RESUMO:

O presente artigo objetiva analisar o acolhimento ao viajante por meio dos indícios arquitetônicos de uma sede de fazenda do interior paulista, a fazenda Boa Esperança, na cidade de Orlandia. Pesquisa de natureza qualitativa apoia-se na realização de entrevistas, complementada pela análise e registro fotográfico de suas instalações. Por meio da análise dos indícios materiais presentes na casa-sede, como, por exemplo, a ordenação do mobiliário e a especialização dos diversos cômodos ainda mantidos pelos atuais moradores, constatou-se que somente as pessoas de mesmo nível social eram acolhidas no ambiente familiar; aos demais restavam galpões afastados da casa-sede ou o rancho. Revela-se também a natureza social do acolhimento, importante para o fazendeiro estabelecer contatos e obter notícias, além de seu aspecto econômico, advindo da cobrança de pasto para os animais e comercialização de insumos.

PALAVRAS-CHAVE:

Hospitalidade. Acolhimento. Patrimônio cultural.

ABSTRACT:

This article analyses the reception extended to travelers through the architectural indications found at Boa Esperança Farmhouse, located in the city of Orlandia, State of São Paulo. This qualitative research is based on interviews and complemented by analysis and photographs of the farm premises. The analysis of the material evidences observed in the farmhouse, such as how the furniture was arranged and the special uses of several rooms, still maintained by current owners, shows that only people of the same level were received in the family environment. The others stayed in sheds or simple quarters distant from the main house. This study also shows that social aspect of entertaining was important to establish contacts, receive news besides the economic aspect involved in charging pasture for cattle and selling inputs.

KEY-WORDS:

Hospitality. Welcoming. Cultural Heritage.

1. INTRODUÇÃO

No Brasil oitocentista predomina a assertiva de que o ato de acolher viajantes ocorre graciosamente, motivado pela generosidade do anfitrião, também definida como hospitalidade incondicional (GRASSI, 2011; GOTMAN, 1997). O presente artigo objetiva analisar o acolhimento ao viajante por meio dos indícios arquitetônicos de uma sede de fazenda do interior paulista, a fazenda Boa Esperança, na cidade de Orlandia, São Paulo. Pesquisa de natureza qualitativa, apoia-se na realização das entrevistas, complementada pela visita à sede da fazenda e o registro fotográfico das instalações.

Justifica-se a seleção de uma edificação do século XIX, por se tratar de um período no qual os valores familiares eram extremamente relevantes e era no âmbito privado que os indivíduos passavam a maior parte do seu tempo, num momento anterior ao turismo. Herança colonial, a cultura agrária fundamentava-se no latifúndio, na escravatura, no prestígio e projeção política do patriarca que decorria, entre outros fatores, da quantidade de pessoas sob sua influência e tutela.

Os eventos sociais na área rural não eram muito frequentes, sendo a casa o principal local de convivência e, no que se refere à hospitalidade, destacavam-se, sobretudo, a realização de visitas e a organização de reuniões (ALGRANTI, 1997) que requeriam, por vezes, a hospedagem por um período significativo de dias. Nessas ocasiões, fazia-se necessário fornecer acomodação, alimentação e entretenimento, o que significava a alteração da rotina familiar cotidiana.

Ao ser admitido, ao ultrapassar a soleira, o anfitrião encarregava-se da proteção do hóspede e com ele compartilhava sua moradia e víveres. A refeição permitia ao visitante o acesso à família, sua integração por determinado hiato; cabe ponderar, todavia, que se trata de uma relação entre iguais. Para os de mesmo nível social a hospedagem não era cobrada, era tida como um dom: o anfitrião cedia seu espaço e companhia sem esperar nada em troca (GODBOUT, 1999).

Os indícios arquitetônicos, no entanto, apontam para a crítica da incondicionalidade da hospitalidade. Trata-se de uma admissão com reserva, um acolhimento sob condição, que se instaura por meio de limites ou barreiras físicas quase imperceptíveis ao olhar desavisado, mas que se torna evidente quando se trata de um forasteiro.

Nem todos os hóspedes pertenciam ao mesmo nível socioeconômico do anfitrião, vedando-se lhes o acesso à edificação principal ou até mesmo o contato com o dono da fazenda ou seus familiares. Ao desconhecido sem salvo-conduto, considerado um hóspede indesejável (dado que comporta uma identidade negativa), restava-lhe ser recebido por escravos ou agregados e a acomodação na tulha¹ ou no rancho e, neste caso, era comum praticar-se o pagamento do alimento fornecido aos animais (muars), bem como outros produtos ou alimentos de que necessitassem.

O meio rural constitui local privilegiado de residência das famílias abastadas na então província de São Paulo oitocentista. Muitas fazendas distavam das cidades e, em virtude da precariedade das vias de acesso e dos meios de transporte da época, seus moradores ficavam praticamente isolados do meio urbano. Com isso, o ato de receber familiares e viajantes nas fazendas era comum, constituindo até, em alguns casos, uma questão de sobrevivência para os viajantes, já que não existiam muitas hospedarias ou estalagens no interior do Brasil. Tais questões motivaram a problemática da presente pesquisa: as fazendas do século XIX preservam indícios materiais das práticas de hospitalidade?

A família Junqueira² detém várias propriedades rurais³ e todas tiveram – e algumas ainda mantêm, porém, com outros usos – ambientes para receber hóspedes. De origem portuguesa, vindos de Minas Gerais, apresentam significativa importância na ocupação territorial do interior paulista⁴ e suas fazendas constituíam importantes núcleos receptores dos que por ali passavam.

Como a família distribuía-se pelos estados de Minas Gerais e São Paulo, as visitas eram frequentes, principalmente em ocasiões festivas ou religiosas. Dada a distância das fazendas entre si ou com relação à cidade, a convivialidade entre os membros da família era significativa, o que gerou casamentos consanguíneos, que existiam também como forma de manutenção da riqueza. Quando

¹Os espaços específicos para receber os estranhos eram os mesmos destinados ao processo de beneficiamento da produção ou de seu acondicionamento (LEMOS, 1996, p. 29).

²Não é muito certo o motivo da instalação dos Junqueira no estado de São Paulo. Rodrigues (1966) aponta que a escassez do ouro em Minas Gerais motivou-os à procura de novas modalidades de riquezas, tais como a realização de negócios ligados ao setor de abastecimento (ANDRADE, 2004), a exemplo de migrantes mineiros por ali já instalados a fim de ampliar seus bens.

³A família Junqueira ainda conserva parte da estrutura oitocentista de suas propriedades, tendo preservado, também, o nome antigo das sedes (ANDRADE, 2004). Destacam-se as fazendas da Invernada, Traituba, Favacho, Melanciase Boa Vista.

⁴A família Junqueira foi responsável pela fundação de várias cidades, como: Orlândia, Guaíra, Barretos, Colina, Terra Roxa, Jaborandi, Viradouro e contribuiu financeiramente para a instalação da Companhia Estrada de Ferro de Morro Agudo, que constituía um trecho da Companhia Paulista (BASTOS, 1980).

se visitavam, era comum a permanência por vários dias (em virtude das grandes distâncias e da qualidade das estradas), aproveitavam o tempo juntos para colocar os assuntos em dia e, principalmente, para caçar.⁵

O ato de acolher familiares, como colocado por Godbout (2004), é o que está mais próximo ao princípio da dádiva; o anfitrião nada espera de seu hóspede, porque se trata de um membro da família, obriga-se a recebê-lo e dar-lhe atenção e conforto, ou seja, providenciar-lhe bem-estar. Análises de perspectiva histórica acerca desse conjunto de comportamentos, que envolvem a mutualidade e a troca, permitem conhecer o contexto da hospitalidade (LASHLEY, 2004, p. 7) e, associadas aos estudos da cultura material e da arquitetura, contribuem para a compreensão de sua prática, bem como averiguar o conforto, o consumo e o uso dos objetos domésticos nas sociedades rurais.

O viajante pertencente ao mesmo nível social ou portador de recomendação ou salvo-conduto hospedava-se na edificação principal, no quarto de hóspedes ou no quarto de forasteiros⁶. Tais quartos eram isolados dos demais da casa e seus ocupantes praticamente não tinham contato com os membros da família, principalmente com as mulheres, exceto nos momentos de comensalidade.

Salienta-se que essa modalidade de hospedagem era fundamental para manter informado o fazendeiro, pois o hóspede trazia notícias de outros lugares para o isolado núcleo rural, constituindo espécie de retribuição à hospitalidade oferecida. Estabeleciam-se assim, novos contatos ao mesmo tempo em que se cultivavam laços de solidariedade e de *status*.

A recepção de hóspedes em ambientes domésticos proporciona a oportunidade de situar o indivíduo e a família no contexto da “civilidade”, proporciona a vinculação de indivíduos e grupos, ou até no isolamento do hóspede em relação à casa e seus habitantes, quando este não pertence ao estrato social da família anfitriã.

⁵Os homens da família Junqueira frequentemente se dedicavam à caça. Considerada importante atividade de lazer na área rural no século XIX, Benincasa (2003) destaca a participação de mulheres nas caçadas na região de Araraquara.

⁶A família Junqueira denomina o cômodo destinado à acomodação do hóspede como quarto de forasteiro.

2. O POUSO OU RANCHO

Para Goulart (1961), o pouso constitui a primeira manifestação de abrigo que surgiu à beira dos caminhos. Antes de seu advento, os tropeiros dormiam ao relento ou, quando a sorte ajudava, em decorrência da solidariedade de algum proprietário, abrigavam-se nos galpões das fazendas onde eram acolhidos.

Os principais caminhos e estradas percorridos pelas tropas de muares⁷, genericamente denominados tropeiros, contavam com serviços conexos a essa modalidade de transporte. A prestação de serviços decorria da iniciativa dos proprietários dos sítios e fazendas ou da presença de profissionais atraídos pelas possibilidades de exploração dessas atividades, como, por exemplo, rancheiros, ferradores, amansadores e acertadores de animais (MARTINS, 2006).

Os tropeiros necessitavam de milho e cana, além do capim dos pastos para alimentar os animais. As precárias edificações, os ranchos, constituíam espécie de abrigo onde, por vezes, conjugava-se uma venda contígua explorada pelo rancheiro, destinada a suprir o viajante com gêneros alimentícios, em muitos casos, ali mesmo produzidos e que se destinavam à comercialização, principalmente, carne seca, cachaça e mantimentos (MARTINS, 2006). Na ausência da venda, a renda auferida pelos rancheiros provinha unicamente do aluguel do pasto para os animais, lembrando ainda que as tropas transportavam mantimentos e utensílios para a refeição dos tropeiros.

Os cientistas europeus deixaram muitas representações acerca das dificuldades de realização de viagens pelo interior do Brasil nas primeiras décadas do século XIX. Araújo (2004, p. 131) salienta o cuidado que se deve adotar quanto ao uso destes registros como fontes para a história, visto que as narrativas comportam estruturas semelhantes e os desenhos são dotados de representações simbólicas para a sua codificação pelo público para o qual se destinava: o europeu.

Aos relatos dos memorialistas e às fontes orais também se deve atribuir uma análise crítica, visto que muitas descrições adquirem “*status* de verdade inquestionável”, como observa Araújo (2004), ou seja, faz-se necessário recorrer a fontes de diversas naturezas para a escrita da história paulista,

⁷ Martins (2006) destaca que o antigo sistema de circulação das tropas predominou no interior do Brasil por mais de 400 anos. As tropas de muares percorriam caminhos rústicos e antigos, realizando o comércio e o transporte de gêneros.

procedendo-se à crítica interna e externa dos documentos antes de incorporá-los como representações do passado.

Martins (2006, p. 149) destaca que “os caminhos mais movimentados e seguros eram justamente aqueles cercados por fazendas e sítios nos quais os viajantes poderiam encontrar hospedagem, algum comércio e lavouras”. Localizada no caminho para Goiás, a fazenda Boa Esperança comportava um rancho, destaque-se que a região dispunha de diversos ranchos públicos e particulares para abrigo das tropas que, anteriormente à instalação da ferrovia, era a responsável pelo transporte de víveres. Há que se destacar que essa modalidade de atividade já constituía uma prática familiar, visto que também a fazenda Traituba, de Minas Gerais, já explorava essa modalidade de atividade econômica desde a década de 1820 (ANDRADE, 2004).

3. A FAZENDA BOA ESPERANÇA

As casas do século XIX apresentavam algumas características comuns: eram construídas em um único pavimento plano; possuíam varanda com acesso à capela e ao quarto para hóspedes (que era isolado do restante da casa); a maioria dos cômodos dava para a sala; telhado de duas ou quatro águas; cozinhas anexas à casa ou junto ao corpo principal. Quartos para criados e para os hóspedes, depósito, paiol, moinho, monjolo, moenda, casas para escravos, galinheiro e curral eram construções independentes, funcionando como anexos à casa principal (MARINS, 2004). Algumas destas características perpetuaram-se no interior paulista e encontram-se presentes na casa da Boa Esperança como se verá mais adiante. Conhecer o seu aspecto interno permitiu inferir detalhes sobre o estilo de vida da família, cujos depoimentos dos moradores constituíram importante fonte para a construção desse texto.

A metodologia da presente pesquisa pautou-se pelo registro fotográfico dos cômodos e detalhes do mobiliário associados às práticas de hospitalidade. Concomitantemente foram realizadas entrevistas com os membros da família residente na referida fazenda e procedeu-se à análise documental⁸.

⁸Localizou-se uma edição da Revista *ArqArt* (1996) que traz um artigo sobre a casa-sede, incorporada à análise sobre a edificação.

Somente no final do século XIX, com a criação da malha ferroviária, popularizou-se a distribuição de novas modalidades de produtos para a construção e objetos de decoração (CARVALHO, 2001, p. 15). Os tradicionais móveis pesados de jacarandá passaram a dar lugar às peças de palhinha, relógios de parede, serviços de cristal, louça de Macau, espelhos, armários, guarda-roupas, penteadeiras e cômodas, cujo requinte constituía expressão da riqueza do proprietário.

A fazenda Boa Esperança foi construída no final do século XIX, por José Francisco Diniz Junqueira, para moradia de sua família e criação de gado e, posteriormente, plantio de café. Hoje, nela vivem seus descendentes, cultivam cana e criam cavalos da raça Manga-larga; a arquitetura preserva características da época de sua construção: casa térrea com alpendre.

Carvalho (2001, p. 16) argumenta que data do final do século a especialização dos ambientes, com “áreas públicas, privadas e de serviço, intermediadas por áreas de transição internas e externas, integradas”, salienta-se a influência do ideário higienista característico do período, com cômodos arejados, ensolarados e funções específicas.

A sede da Boa Esperança seguiu as transformações características que ocorreram durante esse século nas residências rurais. Portões, jardins, quintais e pomares tinham a função de criar um território para o convívio familiar de “modo a não permitir que trabalhadores ou estranhos tivessem acesso direto a este meio [...] a simples presença de um jardim à frente da casa-grande já delimitava um espaço diferenciado, de caráter privado” (BENINCASA, 2003, p. 239).

O seu isolamento da área de criação de animais e de cultivo garante, até hoje, a privacidade da família. A casa encontra-se construída em uma pequena elevação e, para atingir a porta principal, uma escada funciona como barreira, ladeada por gradil e uma cerca natural composta por plantas diversas. Atravessar sua soleira requer convite e resulta o estabelecimento de uma relação desigual, dado que um é o dono do lugar e o outro, o visitante, encontra-se de passagem e é recebido (GOTMAN, 1996).



Figura 1 - Entrada e alpendreda casa-sede da fazenda Boa Esperança.

Fonte: Revista *ArqArt* (1996, p.42).

Faz-se necessário apresentar o ambiente rural de convivência da família, ou seja, a casa da fazenda da elite pecuarista, que se diferenciava da casa da cidade, tendo em vista as suas especificidades. Ou seja, além de atender às necessidades da família, que pelo isolamento da cidade precisava de espaços diferenciados em relação à casa urbana, a casa rural atendia a uma necessidade extra: a de receber as pessoas que estavam de passagem, os viajantes (LEMOS, 1996).

As fazendas contavam com estruturas para abrigar diferentes tipos de hóspedes, em virtude de sua posição social, como a que se apresenta na fazenda Boa Esperança. A casa principal de fazenda no século XIX, ou seja, aquela na qual morava o fazendeiro com sua família, no que se refere à região Sudeste do Brasil, tinha por material construtivo a taipa de pilão e o adobe. O número de cômodos relacionava-se diretamente às posses de seu proprietário, expressando-se por meio de sua dimensão, número de portas e de janelas. Nas mais abastadas, verificavam-se quartos para os familiares, capela, sala ou salão, a sala de jantar e os quartos de hóspedes.

3. A EDIFICAÇÃO E O MOBILIÁRIO

No atual escritório da família, distribuem-se pelas paredes fotos de ascendentes, os anaise correspondente árvore genealógica dos primeiros cavalos criados pela família, e pinturas dos principais cavalos e de bandeiras de diversos países¹¹. Os móveis da casa, na maioria, antigos e em bom estado de conservação. Logo na entrada, localiza-se a antes sala decorada com animais empalhados, oriundos das várias caçadas realizadas na região, que dá para dois aposentos: o atual escritório (antigo quarto dos forasteiros) e o quarto de hóspedes, ambos originalmente destinados à hospedagem. Nesses espaços específicos para receber os estranhos, nota-se a sua segmentação ao restante da moradia, quer pela ausência de comunicação com o restante da edificação, quer pela presença de portas que poderiam ser trancadas, impedindo o acesso em horários não autorizados. Segundo Geraldo Diniz Junqueira¹², proprietário da fazenda Boa Esperança, os visitantes eram bem recebidos, destinando-se aos estranhos o quarto de forasteiros ou os galpões: “A hospitalidade era uma necessidade, era um ponto de apoio para os que passavam” (Geraldo Diniz Junqueira), sua oferta graciosa, todavia, é questionada por José Américo Junqueira de Mattos¹³ ao destacar o pagamento em situações específicas: “quando ficavam na casa não era pago. Mas nos ranchos, sim”.

Elemento característico das edificações do final do XIX, o *hallou* antessala tinha por função distribuir a circulação dos visitantes, evitando o acesso direto aos ambientes familiares, e que, no caso da Boa Esperança, conduzia aos quartos de hóspedes.

Destaque-se que as casas coloniais tinham uma camaricamente ornamentada, o que parece ser confirmado no atual quarto de hóspedes, onde permanece a cama do capitão Chico, que foi o pioneiro da família na região. “A generosa acolhida brasileira, herança portuguesa, é demonstrada, fisicamente, pela frequência da presença do quarto de hóspedes na planta de suas residências, desde a época bandeirista” (DIAS, 1996, p. 62). O baú próximo à cama remete ao período em que as roupas e objetos da casa ali ficavam acomodados; muitos ficavam no alto, para evitar o ataque dos roedores.

¹¹ Dona Magdalena Junqueira afirma ter copiado os motivos alusivos às bandeiras da fazenda Invernada, outropriedade da família Junqueira.

¹² Em entrevista concedida em 2004.

¹³ Em entrevista concedida em 2004.

O escritório caracteriza-se como espaço masculino por excelência, local onde se administra a fazenda, recebem-se hóspedes ou visitas (BENINCASA, 2003, p. 339). Na escrivaninha ricamente decorada, realiza-se a contabilidade dos negócios da fazenda. A presença do cofre, que foi propriedade dos avós do casal, remete a um período em que era seguro reunir recursos monetários e/ou joias no domicílio.

A casa tem pé direito alto e é bem iluminada, com muitas janelas, mantidas abertas. As portas de comunicação apresentam bandeiras envidraçadas e, em alguns cômodos, com vidros coloridos. Todas as portas, maçanetas e vidros foram preservados, inclusive os vidros franceses da porta da cozinha. Na atual sala de televisão, destaca-se o armário embutido, que passa a integrar as edificações no final do século XIX, cujas portas apresentam o mesmo padrão das demais.

Parte das edificações desse período já conta com o banheiro incorporado à casa. Benincasa (2003, p. 320) identificou na sede da fazenda do Paredão, localizada na região de Araraquara, banheiro associado à edificação. Em um dos banheiros da fazenda Boa Esperança, preservou-se o chuveiro original, operado por uma pequena corrente.

Dotada de fogão a lenha e um telefone a manivela, a cozinha localiza-se na parte interna da casa e ocupa posição estratégica, ao permitir ingresso à área íntima e à copa. Na área externa, realizavam as atividades ligadas à limpeza dos utensílios e roupas, o revestimento revela a preocupação com as superfícies laváveis. O código sanitário aponta uma grande preocupação em normatizar a localização, os equipamentos e as especificações para piso, parede e teto das cozinhas, prescrevendo suas funções e valorizando a presença de dispositivos de ventilação. A legislação que define uma barra de impermeabilização de altura de 1,50 m das paredes a partir do piso data de 1894, proibindo-se, ainda, comunicação direta da cozinha com os quartos (SILVA, 2007).



Figura 3 - Sala de estar.

Fonte: O AUTOR (2004).

Localizado próximo a uma das janelas existe um piano, destacado por Andrade (2004, p. 120) como signo de modernidade e diferenciação social. Por todo o ambiente, diversos vasos com plantas e flores naturais encontram-se distribuídos, onde delicado altar ocupa uma das paredes, remetendo tanto ao aspecto religioso como decorativo¹⁴. Convivem harmoniosamente o jogo de sofá de madeira escura e o estofado com motivos florais, todos devidamente decorados com almofadas confortáveis, disponíveis em conjunto com poltronas e cadeiras apenas dos anos 1920 (ARAÚJO, 2004).

A casa constituía o ambiente de realização de atividades de lazer, repouso, alimentação, orações e trabalho, com aposentos destinados especialmente a eles, sendo que a sala constituía o local de convívio da família e de recepção. Na fazenda Boa Esperança, a sociabilidade se restringia a alguns jogos (baralho, damas, tabelas, xadrez e gamão¹⁵), reuniões e visitas. Os encontros se transformavam em comemorações e confraternizações, principalmente nas datas especiais, como Natal, Páscoa e batizados, dinamizando o ambiente doméstico. Aniversários ou batizados terminavam em bailes e partidas de cartas. Nestas, era comum a presença dos amigos, vizinhos e ausentar-se era tido como desfeita.

¹⁴ Araújo (2006, p. 153) aponta que a maior parte dos oratórios era de madeira branca, jacarandá ou madeira da terra, decorados com vidros, talha dourada ou painéis; acomodavam diversas imagens ou crucifixo. Quadros e pinturas de santos complementavam a decoração dos ambientes.

¹⁵ Araújo (2006) identificou referências a essas modalidades de jogos nos inventários paulistanos do século XIX.

Tradicionalmente, nas casas de fazenda, a copa funcionava como “espécie de transição entre a sala de jantar e a cozinha, onde se guardavam as louças, cristais e talheres” (BENINCASA, 2003, p. 367). Na planta da fazenda, nota-se que a distribuição dos cômodos organizados a partir da copa, que nesse caso substitui a sala de jantar como centro da edificação, permite acesso à antes sala, à cozinha e à sala de estar. Local por excelência das atividades femininas, dali supervisionavam o trabalho das escravas, sem o contato com a área social, principalmente se por lá existissem hóspedes. O mobiliário era composto basicamente por cadeiras, redes, bancos, tamboretas, esteiras, sendo que algumas pessoas sentavam-se no chão.

Com a generalização das mobílias sofisticadas, a sala de jantar com portar á mesa de jantar, cadeiras, tapete e móveis de apoio ao serviço. Seus acessórios de prestígio corroboram para expressar valores tradicionais, encontrando-se fortemente associados à riqueza do proprietário, como destaca Carvalho (2001). Dada a ausência de sala de jantar, a copa cumpre tal função e exhibe mesa com oito lugares, com cadeiras extras dispostas ao longo das paredes, bem como guarda-louça e móvel de apoio ao serviço, que funciona também para a disposição de objetos de decoração do ambiente, além de tapete e quadros. A parede de cor clara segue orientação dos manuais femininos do final do século XIX e a tradição da família Junqueira se faz presente no ambiente: a gravura do cavalo, os jogos de porcelana, o mobiliário antigo de madeira escura remetem ao passado cultuado e atualizado por seus proprietários. Esse ambiente coloca o convidado em estreito contato com a história da família Junqueira.

As principais portas de acesso encontram-se associadas ao jardim, destaque-se, no entanto, que nem sempre ocupou a parte fronteira das casas, podendo situar-se no fundo ou próximo ao pomar: “Essa posição talvez esteja relacionada a uma tentativa de maior proteção e reclusão das pessoas, a um maior ganho de privacidade” (BENINCASA, 2003, p. 239). Função também destacada por Algranti (1997, p. 97): o jardim, apesar de ser um local externo, era considerado um ambiente de intimidade, embora seu objetivo fosse isolar o espaço familiar da área de produção.

Na fazenda, observa-se o alpendre lateral de pequena dimensão e janelas com molduras decorativas. O alpendre possibilita acesso direto à sala de estar e à antes sala; segundo Benincasa (2003, p. 254), foi incorporado às plantas das edificações paulistas a partir da década de 1870, disseminando-se no

meio rural. Lemos (1999, p. 32) também pontua esse papel estratégico do alpendre na recepção de estranhos.

4. A HOSPITALIDADE OU À GUIA DE CONCLUSÃO

O bom anfitrião oferece hospitalidade a qualquer pessoa, mas sua incondicionalidade se manifesta quando o hóspede é desconhecido e a única razão possível para oferecê-la é a percepção da necessidade do outro.

No caso tratado, somente as pessoas de mesmo nível social eram acolhidas no ambiente familiar. Para essas, a hospedagem não era cobrada, ao passo que as demais eram encaminhadas aos galpões afastados da casa-sede ou ao rancho, no qual podiam se abrigar e alimentar os animais que porventura os acompanhassem, explicitando-se a condicionalidade da hospitalidade praticada.

O viajante era acolhido por obrigação, tendo em vista a precária conservação das estradas e caminhos, e tal ação reveste-se de solidariedade e caridade. O anfitrião não podia negá-la porque ele também dependia de os outros o receber em quando se deslocava e sua condição social estabelecia a maneira como seria recebido. Apesar da desconfiança inicial, o acolhimento permitia ao anfitrião estabelecer e/ou manter relações sociais, obter informações de outras localidades e romper seu isolamento.

Infer-se que a hospitalidade era ofertada como ato de caridade e necessidade de contato com o mundo distante, mas requeria o sacrifício: o comprometimento de alimentos compartilhados com o hóspede que garantia certa inserção social. Sua ausência implicava a negação do acolhimento, da partilha da refeição, fatores nem sempre contemplados na análise, dado que a hospitalidade doméstica é imaginada sob um ponto de vista sublime, ou seja, o anfitrião deve estar sempre disposto e preparado para hospedar¹⁶, como se fosse um estabelecimento comercial, devendo fazê-lo de bom grado e sem esperar algo em troca. Destaque-se, no entanto, a intenção do hospedeiro, pois sempre há, por trás de seu ato, alguma intenção subjacente: afirmação de *status* social, prestígio ou para manter-se atualizado com novidades de outras paragens.

¹⁶Darke e Gurney (2003) tratam da *performance* do anfitrião: ele está sempre sendo observado por seu hóspede.

No caso do fazendeiro, seu interesse é, sobretudo, de natureza social, estabelecer contatos, obter notícias e, em alguns casos, prevalece a natureza econômica, pois mantém o sistema de cobrança do pasto, comercialização de alimentos e de bebidas.

A sede da fazenda Boa Esperança reúne importante patrimônio cultural e, apesar das reformas realizadas, preserva importante fonte para o estudo da hospitalidade, bem como da memória do acolhimento ao forasteiro no interior paulista.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALGRANTI, L. M. Famílias e vida doméstica. In: SOUZA, Laura de Melo e (org.). História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 83-154.

ANDRADE, M. F. Casas de vivenda e de morada: estilo de construção e interior das residências da elite escravista sul-mineira – século XIX. Anais do Museu Paulista. São Paulo. v. 12, p. 91-128, jan.-dez. 2004.

ARAÚJO, M. L. V. Os interiores domésticos após a expansão da economia exportadora paulista. Anais do Museu Paulista. São Paulo, v. 12, p. 129-160, jan.-dez. 2004.

BASTOS, A. D. J. Lendas e tradições da família Junqueira (1816-1966). São Paulo: Hucitec, 1980.

BENINCASA, V. Velhas fazendas. Arquitetura e cotidiano nos campos de Araraquara. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado/Edufscar, 2003.

CARVALHO, V. C. Gênero e artefato. O sistema doméstico na perspectiva da cultura material. São Paulo, 1870-1920. São Paulo, (Tese de doutorado - FFLCH), Universidade de São Paulo, 2001.

DARKE, J.; GURNEY, C. Como alojar? Gênero, hospitalidade e *performance*. In: LASHLEY, Conrad; MORRISON, Alison. Em busca da hospitalidade: perspectivas para um mundo globalizado. São Paulo: Manole, 2004.

DIAS, C. M. M. Ribeirão Preto, “*Le paysdu café*”: propostas de utilização turística em fazendas históricas. São Paulo, (Tese de doutorado – Escola de Comunicações e Artes), Universidade de São Paulo, 1996.

GODBOUT, J. T. O espírito da dádiva. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999.

GOTMAN, A. La question de l’hospitalitéaujourd’hui. *Communications* 65. Paris, Seuil, 1997.

GRASSI, M. Hospedaria. Do albergue ao hotel. In: MONTANDON, Alain. O livro da hospitalidade. São Paulo: Senac, 2011, p. 533-539.

LASHLEY, C. Para um entendimento teórico. In: LASHLEY, C.; MORRISON, A. Em busca da hospitalidade: perspectivas para um mundo globalizado. São Paulo: Manole, 2004.

LEMOS, C. A. C. Casa paulista: história das moradias anteriores ao ecletismo trazido pelo café. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1999.

_____. História da casa brasileira. São Paulo: Contexto, 1996.

MARINS, P. C. G. A vida cotidiana dos paulistas: moradias, alimentação, indumentárias. In:

SETUBAL, Maria Alice (coord.). Terra paulista: história, arte e costumes. São Paulo: Imprensa Oficial, 2004. v. 2.

MARTINS, M. L. As variáveis ambientais, as estradas regionais e o fluxo das tropas em Diamantina, MG: 1870-1930. Revista Brasileira de História. v.26, n.51, São Paulo, jan.-jun. 2006.

O AUTOR. Hospitalidade e convivialidade em família da elite rural paulista no século XIX. São Paulo (Dissertação de mestrado – Mestrado em Hospitalidade), Universidade Anhembi Morumbi, 2005.

SILVA, J. L. M. Transformações no espaço doméstico – o fogão a gás e a cozinha paulistana, 1870-1930. Anais do Museu Paulista. São Paulo, v. 15, n.2, p. 197-220, jul.-dez. 2007.

FONTES

Eduardo Diniz Junqueira, em 4/5/2004, Ribeirão Preto, SP.

Geraldo e Magdalena Diniz Junqueira, proprietários da fazenda Boa Esperança, em 31/7/2004, Orlandia, SP.

José Américo Junqueira de Mattos, em 28/8/2004, Ribeirão Preto, SP.

Revista *ArqArt*, Ribeirão Preto, 1996.